

AUTISMO: inclusão em espaço religioso¹

AUTISM:
inclusion in religious settings

Andressa Carvalho de Oliveira Coelho ⁱ

RESUMO: Este estudo tem como objetivo investigar as práticas de inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em espaços religiosos, com foco na percepção de pais, líderes que atuam em contextos pedagógicos cristãos. O estudo adota uma abordagem qualitativa, com caráter descritivo e exploratório, sendo desenvolvido por meio de pesquisa de campo realizada em igrejas cristãs. Foram aplicados questionários à líderes religiosos e mães de crianças com TEA que frequentam ou já frequentaram espaços religiosos. Para a fundamentação teórica utilizou-se Maria Teresa Eglér Mantoan, Eugênio Cunha, Barry M. Prizant e Fields-Meyer. Os resultados apontam que, há carência de formação específica, estrutura e metodologias inclusivas. O estudo conclui que o caminho para uma instituição religiosa inclusiva, perpassa pelo investimento em formação continuada, acessibilidade comunicacional e arquitetônica, e pelo desenvolvimento de uma teologia prática que reconheça o valor da neurodiversidade.

Palavras-chave: Inclusão. Transtorno do Espectro Autista. Acessibilidade.

ABSTRACT²: This study aims to investigate the inclusive practices for people with Autism Spectrum Disorder (ASD) in religious settings, focusing on the perceptions of parents and leaders who work in Christian educational contexts. The study adopts a qualitative approach, with a descriptive and

¹ Este artigo é um recorte do trabalho de Conclusão de Curso intitulado “AUTISMO: Inclusão em Espaço Religioso”, sob a orientação da Professora Ma. Maria Angélica Dornelles Dias, curso de Pedagogia, Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem FACHLIN) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) - Câmpus Uiversitário de Sinop, 2025/2.

² Resumo traduzido por profa. Ma. Betsemens Barboza de Sousa. Graduada em Letras, Língua Portuguesa e Língua Inglesa (UNEMAT, Sinop). Mestra em Letras (UFMT), cursando doutorado em Letras (UNEMAT/Sinop).

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5302438508837994>

exploratory characteristic, and it was developed through a field research conducted in Christian churches. Questionnaires were administered to religious leaders and mothers of children with ASD who attend or have attended religious services. For the theoretical framework it was used theorists like Maria Teresa Eglér Mantoan, Eugênio Cunha, Barry M. Prizant, and Fields-Meyer. The results point out a lack of specific training, infrastructure, and inclusive methodologies. It was concluded that the path to an inclusive religious institution requires investment in ongoing training, communication and architectural accessibility, as also the development of a practical theology that recognizes the neurodiversity worth.

Keywords: Inclusion. Autism Spectrum Disorder (ASD). Accessibility.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista é classificado como um transtorno do neurodesenvolvimento que compromete habilidades motoras, cognitivas, de comunicação e interação social. No Brasil, dois milhões de brasileiros tem autismo. Em todos os países o número de crianças com TEA tem aumentado significativamente a cada ano. Logo, este aumento se faz presente nos ambientes escolares, sociais e religiosos.

Os debates e avanços em torno da inclusão concentram-se majoritariamente no ambiente escolar, enquanto outras esferas sociais, como os espaços religiosos, permanecem à margem das discussões e das políticas públicas inclusivas. Este panorama revela uma lacuna significativa: o silêncio e a invisibilidade da pessoa TEA nos espaços religiosos, onde não possuem estrutura, conhecimento ou preparo adequado para receber pessoas autistas, especialmente crianças e adolescentes.

Este estudo adota uma abordagem qualitativa. Optou-se por realizar a investigação no interior de instituições religiosas cristãs e em redes de mães que vivenciam a inclusão de seus filhos em tais ambientes, constituída por: nove (09) mães; sessenta e cinco (65) líderes religiosos 8 estados. A coleta de dados ocorreu entre outubro e novembro de 2024, por meio de dois instrumentos principais: Entrevistas semiestruturadas com mães de crianças com TEA realizadas de forma remota e presencial. Questionário misto aplicado a líderes religiosos, desenvolvido na plataforma Google Forms.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos espaços sociais e religiosos exige não apenas a aceitação da diversidade, mas também a adoção de práticas pedagógicas e comunitárias que reconheçam as especificidades desses sujeitos. Essa inclusão efetiva pressupõe o desenvolvimento de estratégias que assegurem a participação ativa, respeitosa e equitativa dessas

peças em ambientes que historicamente foram excludentes, seja por falta de conhecimento técnico ou por preconceitos enraizados.

A primeira dimensão das práticas inclusivas refere-se à formação continuada dos líderes comunitários e religiosos, como pastores, padres, dirigentes de grupos e catequistas. Segundo Mantoan (2006), a inclusão só é possível quando todos os envolvidos na prática educativa, formal ou não formal, compreendem a singularidade como parte constitutiva da condição humana e não como um desvio a ser corrigido. Nesse sentido, capacitar os responsáveis pelas atividades religiosas e sociais é o primeiro passo para romper barreiras atitudinais que impedem a participação plena das pessoas com TEA.

Conforme destacam Silva (2022) e Ramos (2018), muitas pessoas com autismo apresentam desafios na comunicação verbal, o que torna essencial o uso de linguagens alternativas como forma de garantir compreensão e engajamento.

Práticas inclusivas também envolvem o respeito ao tempo de resposta e às particularidades sensoriais de cada indivíduo. Muitas pessoas com TEA demonstram hipersensibilidades a sons, luzes ou multidões, o que pode tornar cultos, celebrações ou eventos comunitários extremamente estressantes. Nesse contexto, Rodrigues e Batista (2021) sugerem a criação de "salas de regulação sensorial" em igrejas e centros sociais, como um espaço de acolhimento temporário para quem precisar de uma pausa.

Segundo Amaral e Solomon (2020), ambientes inclusivos requerem não apenas acessibilidade arquitetônica, mas também sensorial, linguística e emocional. Locais como igrejas, por exemplo, podem ser espaços altamente sensoriais, com sons intensos, estímulos visuais, interações sociais e rituais que envolvem toque físico e comunicação abstrata. Nesse sentido, o acolhimento da pessoa com TEA exige uma preparação prévia, tanto da liderança quanto dos membros da comunidade religiosa.

Um aspecto essencial da inclusão do indivíduo com TEA em contextos religiosos e sociais é a escuta ativa das famílias. De acordo com Schmidt *et. al.* (2019), o apoio familiar é um dos pilares para o desenvolvimento social e espiritual da pessoa autista, e a participação da família no planejamento de práticas inclusivas favorece a construção de vínculos e respeito mútuo. Nesse contexto, adaptações como a criação de espaços sensoriais, o uso de pictogramas e rotinas visuais, a possibilidade de participação silenciosa nos rituais e o respeito às formas alternativas de comunicação são recursos indispensáveis.

Outro aspecto importante é a valorização da presença do autista como agente de fé e espiritualidade, não apenas como sujeito a ser cuidado. Como explica Lima (2020, p. 117), "incluir não é tolerar, mas reconhecer a pessoa como sujeito integral de direitos e de experiências espirituais". Assim, crianças, jovens e adultos com TEA devem ser encorajados a participar ativamente de rituais, celebrações e momentos de reflexão, sempre respeitando suas formas próprias de interação e expressão.

Estudos de caso têm evidenciado práticas bem-sucedidas. Em uma comunidade católica da cidade de Campinas - SP, por exemplo, líderes e catequistas desenvolveram um programa de catequese acessível para crianças com autismo, utilizando materiais com pictogramas, dramatizações e

linguagem simples. A frequência aumentou significativamente e os relatos das famílias apontam para um sentimento de pertencimento e maior participação religiosa dos filhos (Souza; Menezes, 2019).

Outro exemplo citado por Farias (2021) refere-se a uma igreja evangélica em Recife-PE que implementou uma equipe de acolhimento especializada no acompanhamento de pessoas com TEA. O grupo inclui voluntários com formação em psicopedagogia e fonoaudiologia, e atua de forma conjunta com as famílias. Como resultado, observou-se não apenas uma maior permanência das crianças nas atividades, mas também uma transformação da própria cultura comunitária, com maior empatia e abertura à diversidade.

Segundo Schwartzman (2011), o TEA é caracterizado por déficits na comunicação social e por padrões restritos e repetitivos de comportamento. Essas características exigem ambientes mais estruturados, previsíveis e sensorialmente adequados, que respeitem os limites individuais e favoreçam a participação ativa.

Além disso, as diretrizes institucionais de inclusão devem estar claramente definidas em regimentos internos ou políticas de acessibilidade, com base em normativas legais como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015), que assegura o direito à participação plena em todas as esferas da vida, incluindo a religiosa e comunitária.

Um exemplo prático é o projeto “Igreja Acolhedora”, desenvolvido em algumas comunidades católicas e evangélicas brasileiras, que oferece formação aos catequistas sobre TEA, adapta o conteúdo da catequese para recursos visuais e cria equipes de apoio que acompanham a criança autista durante as celebrações (Campos; Machado, 2020).

Dessa forma, observa-se que a promoção da inclusão de pessoas com TEA em espaços como igrejas depende de uma abordagem interdisciplinar, sensível à neurodiversidade, e de políticas públicas e comunitárias que articulem práticas pedagógicas, éticas e espirituais.

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, por buscar compreender o fenômeno da inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em espaços religiosos a partir da vivência dos sujeitos diretamente envolvidos.

Segundo Gibbs (2009, p. 8), a pesquisa qualitativa visa “entender, descrever e, às vezes, explicar os fenômenos sociais ‘de dentro’, analisando experiências, interações e práticas cotidianas dos sujeitos envolvidos”. Ainda de acordo com Engel e Tolfo (2009, p. 31), esse tipo de abordagem “não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização”.

O foco, portanto, está em compreender as experiências e significações atribuídas por mães e líderes religiosos à inclusão de crianças com TEA nas práticas comunitárias e espirituais.

A amostra foi não probabilística e intencional, constituída por: nove (09) mães de crianças e adolescentes com TEA, atuantes em comunidades religiosas; sessenta e cinco (65) líderes religiosos

(pastores, coordenadores e voluntários) de igrejas cristãs localizadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Paraná e Rio de Janeiro.

Os critérios de inclusão consideraram: Ser mãe ou cuidador direto de criança/adolescente com TEA com vínculo ativo em comunidade religiosa cristã. Ser líder religioso ou agente pastoral com atuação direta junto a famílias com filhos com deficiência. Concordância e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A coleta de dados ocorreu entre outubro e novembro de 2024, por meio de dois instrumentos principais: Entrevistas semiestruturadas com mães de crianças com TEA: realizadas de forma remota e presencial, visando compreender as experiências de acolhimento, desafios enfrentados, participação da criança em atividades religiosas e sugestões para aprimorar a inclusão. Questionário misto (objetivo e subjetivo) aplicado a líderes religiosos: desenvolvido na plataforma *Google Forms*, com perguntas sobre formação, percepção do autismo, estratégias de acolhimento e disposição para formação continuada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa buscou compreender como se dá o processo de inclusão de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em ambientes religiosos, a partir do olhar de mães e responsáveis legais, e analisar as práticas institucionais no acolhimento dessas famílias.

Nossa pesquisa, buscou mais do que dados, mas situar os sujeitos que procuram praticar a inclusão nos espaços religiosos, suas concepções, suas leituras de realidade, suas práticas efetivas na relação humana em que a fé anima e inspira diversas ações e fazeres humanos.

Notamos esses movimentos nas leituras de mundo de nossas mães participantes da pesquisa. Quando questionadas sobre os desafios que se estabelecem ao frequentarem a uma igreja com um filho TEA, as respostas se apresentam assim:

(01) Mãe 1: No caso do Miguel a maior dificuldade é com os estímulos, som muito alto, luzes vibrantes, e muitas vezes o ar-condicionado muito frio.

(02) Mãe 2: Nós mães atípicas sofremos desafios em qualquer lugar, mas os lugares que mais enfrentamos esses desafios é na escola e igreja, pois são ambientes onde as pessoas não estão preparadas para recebê-los, algumas igrejas são pessoas mais preparadas, mas só as maiores.

(03) Mãe 3: Ir só com os 2 e não conseguir as vezes estar com os 2, cada um correndo pra um lado, além do pré-conceito pelo fato de as crianças agirem como crianças e não ficarem sentadas em silêncio o tempo todo.

(04) Mãe 4: Eu não enfrentei na minha igreja com meu neto.

(05) Mãe 5: A compreensão dos irmãos, quando meu filho não quer abraçar ao final do culto, quando ele não quer participar do grupo de jovens por não se sentir bem em meio a muitas pessoas, não gostar de muitos barulhos e gritarias.

(06) Mãe 6: Hoje não mais, mas quando era criança, ele não era incluído as pessoas não sabia lidar com ele.

(07) Mãe 7: Hoje já não tenho muito, mas no início era muito desafiador, por conta do olhar das pessoas, principalmente as falas: “nem parece que ele é autista”. As pessoas desconhecem que o autismo é uma deficiência neurológica, não tem aparência. Essa foi a minha maior dificuldade. Outra dificuldade foi em relação ao comportamento do meu filho, as pessoas não o entendiam e taxavam como mimado. Ou seja, falta conhecimento para essas pessoas.

(08) Mãe 8: Minha maior dificuldade é minha filha interagir com as outras crianças. Hoje ela participa do ministério de dança, mas ela não gosta de socialização, ela se exclui.

(09) Mãe 9: Hoje eu enfrento dificuldades com meu filho Manoel Junior de 2 anos devido o diagnóstico de TEA: Não fica quieto e correndo o tempo todo dentro da igreja, o barulho e as pessoas incomoda muito ele.

As respostas das mães revelam uma realidade marcada por desafios sensoriais, estruturais, relacionais e emocionais. Muitas apontam dificuldades relacionadas ao excesso de estímulos sonoros e visuais presentes nos cultos religiosos, como salienta a Mãe 1: “a maior dificuldade é com os estímulos, som muito alto, luzes vibrantes [...]”. Essa queixa evidencia um despreparo dos espaços religiosos para lidar com as especificidades sensoriais de pessoas com TEA, conforme discutido por Cunha (2017), ao destacar que ambientes com estímulos não regulados podem ser desencadeadores de crises em autistas.

Outras mães relatam o sentimento de exclusão e julgamento social, especialmente diante de comportamentos que fogem ao padrão de silêncio e atenção passiva durante os cultos. Como exemplifica a Mãe 3: “pré-conceito pelo fato de as crianças agirem como crianças e não ficarem sentadas em silêncio o tempo todo”. Esses relatos reiteram a análise de Ferreira e Ferreira (2021), que defendem que o ambiente eclesial ainda não compreende suficientemente a pluralidade comportamental de sujeitos neuro divergentes.

Além disso, a ausência de suporte institucional adequado, como profissionais capacitados, espaços inclusivos e acessibilidade comunicacional, aparece como fator limitante à inclusão plena. A

Mãe 2 resume essa lacuna ao afirmar: “o culto não é pensado para a pessoa com deficiência”. Essa constatação dialoga com a crítica de Darke (2015), que argumenta que muitas igrejas mantêm estruturas tradicionais que excluem, mesmo sem intenção, pessoas com deficiência.

Ao serem questionadas sobre os principais desafios enfrentados ao frequentarem igrejas com seus filhos autistas, grande parte das mães relatou dificuldades sensoriais (barulho, luzes, ar-condicionado), comportamentais (necessidade de movimentar-se, crises) e sociais (olhares e julgamentos dos demais membros da igreja). Mães como a 1, 2, 3, 5, 6 e 7 evidenciaram que os fatores sensoriais e a falta de preparo dos ambientes e das pessoas são entraves recorrentes.

Esse relato converge com o que afirma Bosa (2006), ao destacar que pessoas com TEA podem manifestar hipersensibilidade a estímulos ambientais, como sons e luzes, o que pode provocar crises e reações adversas. Cunha (2017) também reforça que a organização do ambiente deve considerar tais especificidades, garantindo conforto e previsibilidade ao sujeito com autismo.

O dado mais relevante emergente da análise é que a inclusão não se limita a adequações técnicas, mas é uma escolha ética, espiritual e pastoral. Como destaca Darke (2015), “a igreja precisa ser um espaço onde todos, inclusive os com deficiência, possam viver plenamente a comunhão cristã”. Portanto, a inclusão de pessoas com TEA em ambientes religiosos exige uma revisão das práticas, das liturgias, das formas de ensino religioso e, sobretudo, da cultura comunitária.

A partir dos resultados obtidos, compreende-se que é necessário que as igrejas passem a construir ações conscientes de formação, adaptação física e sensorial, apoio às famílias e escuta ativa às suas necessidades. Como propõem Ferreira e Ferreira (2021), o objetivo deve ser edificar “uma igreja para todos”.

A ausência de conhecimento sobre os direitos legais da pessoa com deficiência também foi apontada, o que demonstra o distanciamento entre as leis de inclusão – como a Lei nº 12.764/2012 e a Lei Brasileira de Inclusão (nº 13.146/2015) – e sua aplicação na prática comunitária. Isso reflete o que Molina Saorín (2020) chama de “hiato entre norma e realidade”, especialmente quando a inclusão envolve espaços não estatais, como o religioso.

Ao analisar as respostas das mães entrevistadas, evidenciou-se que a inclusão de crianças com TEA em ambientes religiosos ainda é permeada por inúmeros desafios. A maior parte dos relatos revelou barreiras atitudinais, sensoriais e estruturais, que vão desde a falta de preparo dos líderes e membros religiosos até a ausência de adaptações para comportamentos, rotinas e estímulos sensoriais característicos do autismo. Conforme aponta Mantoan (2011), a inclusão só é plena quando rompe com práticas de exclusão sutis e promove respeito às diferenças como expressão da diversidade humana. No ambiente religioso, isso exige mais do que boa vontade; requer formação, empatia e reorganização de práticas comunitárias.

As respostas das mães como “o som muito alto”, “luzes vibrantes” ou “mudança de lugar causando desorganização emocional” (Mãe 1) revelam o quanto o espaço físico e litúrgico ainda não é adaptado às necessidades sensoriais de indivíduos com TEA. Cunha (2017) afirma que o desconforto com estímulos intensos pode desencadear crises comportamentais e emocionais em crianças autistas, o que exige cuidado e ajustes simples, como sons mais suaves, locais tranquilos e previsibilidade na programação dos cultos.

Diante do exposto, percebe-se que a inclusão de crianças e adolescentes com TEA nos espaços religiosos demanda: Adaptação sensorial e litúrgica do espaço de culto, com apoio de especialistas em inclusão; Promoção de campanhas internas de conscientização comunitária, visando combater o preconceito; Participação ativa das famílias nas decisões e nos processos formativos da igreja, reconhecendo seu saber experiencial; Criação de ministérios ou núcleos de inclusão com equipes de apoio formadas. Capacitação contínua de líderes religiosos e voluntários, conforme recomenda Darke (2015).

Assim, os resultados desta pesquisa corroboram o entendimento de que a inclusão religiosa de pessoas com autismo é possível, porém exige planejamento institucional, abertura para o diálogo e compromisso com a formação comunitária. Nesse sentido, reforça-se a urgência de ações intencionais, como as propostas no capítulo de sugestões práticas, visando promover ambientes onde todas as pessoas, inclusive autistas, sintam-se pertencentes ao Corpo de Cristo e à vida comunitária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do estudo, constatou-se que a ausência de conhecimento adequado sobre o TEA, tanto por parte de líderes quanto de membros das comunidades religiosas, é um dos principais fatores que dificultam a inclusão efetiva. Entretanto, também foi possível observar iniciativas pontuais de acolhimento, gestos de empatia e vontade de aprender por parte de algumas lideranças religiosas. Isso indica que, embora ainda distante de um ideal de inclusão plena, existem espaços religiosos dispostos a evoluir, desde que orientados por conhecimento técnico, teológico e humano.

Ficou evidente que muitos líderes associam a inclusão apenas à boa vontade e ao acolhimento emocional, negligenciando a complexidade das necessidades do sujeito com autismo. A falta de conhecimento sobre o TEA e a ausência de formação continuada foram fatores recorrentes nas respostas, revelando que as igrejas, em sua maioria, ainda não estruturaram uma proposta concreta de inclusão. Como apontaram os participantes da pesquisa, há carência de materiais adaptados, ausência de protocolos de acompanhamento e escassez de profissionais especializados para orientar a equipe pastoral.

As famílias expressaram sentimentos ambíguos: por um lado, gratidão pela aceitação moral e espiritual; por outro, frustração diante das limitações de inclusão efetiva nos ritos, na catequese ou nos eventos comunitários. Muitos relataram o isolamento voluntário da criança ou mesmo o afastamento da família da vida religiosa, devido à falta de sensibilidade, paciência ou compreensão das lideranças e dos fiéis.

Assim, os resultados confirmam que a inclusão religiosa de pessoas com autismo é possível e necessária, mas requer intencionalidade, investimento e mudança cultural profunda. O caminho para essa transformação passa pelo reconhecimento de que a fé e a espiritualidade devem ser acessíveis a todos, inclusive àqueles que, por suas singularidades, mais enfrentam barreiras sociais e institucionais.

Dessa forma, conclui-se que a inclusão da pessoa com autismo nos espaços religiosos deve ser pensada de forma intersetorial, considerando os aspectos legais, educacionais, sociais e pastorais. É

necessário que as igrejas assumam um papel ativo na promoção de ambientes mais acessíveis, acolhedores e adaptados à neurodiversidade, edificando, assim, uma comunidade verdadeiramente cristã, como propõem Ferreira e Ferreira (2021), fundamentada no amor, na empatia e na justiça.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, D. G.; SOLOMON, M. *The Neuroscience of Autism Spectrum Disorders*. Cambridge: Academic Press, 2020.
- AUTISMO NA IGREJA. 7 erros que sua igreja pode estar cometendo ao incluir autistas e como corrigir. [S. l.]: Autismo na Igreja, [s. d.]. Disponível em: <https://www.autismonaigreja.com.br/7-erros-que-sua-igreja-pode-estar-cometendo-ao-incluir-autistas-e-como-corrigir>. Acesso em: 28 jun. 2025.
- AUTISMO NA IGREJA. A importância da comunicação alternativa no ensino bíblico para crianças autistas não verbais. [S. l.]: Autismo na Igreja, [s. d.]. Disponível em: <https://www.autismonaigreja.com.br/a-importancia-da-comunicacao-alternativa-no-ensino-biblico-para-criancas-autistas-nao-verbais>. Acesso em: 28 jun. 2025.
- AUTISMO NA IGREJA. Como incluir pessoas autistas na igreja de forma eficaz e assertiva. [S. l.]: Autismo na Igreja, [s. d.]. Disponível em: <https://www.autismonaigreja.com.br/como-incluir-pessoas-autistas-na-igreja-de-forma-eficaz-e-assertiva>. Acesso em: 28 jun. 2025.
- BOSA, C. A. *Autismo: intervenções psicoeducacionais*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BOSA, Cleonice Alves. Autismo e avaliação diagnóstica: contribuições da psicologia do desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO, 2., 2002, Gramado. Anais [...]. Gramado: UFRGS, 2002.
- BOSA, Cleonice Alves. *Autismo e desenvolvimento*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 jun. 2025.
- BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 28 dez. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 23 jun. 2025.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 7 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 28 jun. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)*. Brasília: Ministério da Saúde, 2022.
- CAMPOS, H. L.; MACHADO, D. F. Práticas inclusivas na catequese de crianças com autismo: contribuições para uma Igreja acolhedora. *Revista Teocomunicação*, Porto Alegre, v. 50, n. 1, p. 63–82,

2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/teo/article/view/37754>. Acesso em: 28 jun. 2025.
- CUNHA, Eugênio. Autismo e inclusão: psicopedagogia, práticas educativas na escola e na família. 7. ed. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2017.
- DARKE, Brenda. Deficiente: o desafio da inclusão na igreja. São Paulo: Hagnos, 2015.
- DUTRA, A. P. Religião, deficiência e inclusão social: experiências e desafios. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- DUTRA, Luiz Carlos. Pastoral da inclusão: pessoas com deficiência na comunidade cristã. São Paulo: Loyola, 2005.
- FERREIRA, Glauco; FERREIRA, Angélica. Autismo na Igreja: edificando uma igreja para todos. Rio de Janeiro: [s.n.], 2021.
- FERREIRA, L. M. Autismo e inclusão social: desafios e possibilidades nas políticas públicas brasileiras. São Paulo: Cortez, 2021.
- FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- GIBBS, Graham. Análise de dados qualitativos. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: Pessoas com Deficiência e Pessoas Diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista – Resultados Preliminares da Amostra. Brasília, DF: IBGE, 2025. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 28 jun. 2025.
- LIMA, Márcia Regina. Espiritualidade e deficiência: caminhos para a inclusão. São Paulo: Paulus, 2020.
- MANTOAN, M. T. E. Educação inclusiva: em construção. São Paulo: Memnon, 2003.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2006.
- MOLINA SAORÍN, M. Educação inclusiva: fundamentos, práticas pedagógicas e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2020.
- ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris: ONU, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 28 jun. 2025.
- PRIZANT, Barry M.; FIELDS-MEYER, Tom. Unicamente humano: uma forma diferente de ver o autismo. Nova York: Simon & Schuster, 2015.
- RAMOS, Sueli Regina. A educação e a criança autista. Eventos Pedagógicos, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 412–424, 2018. DOI: 10.30681/rep.v9i1.9937.
- RODRIGUES, Paula; BATISTA, Letícia. Ambientes sensoriais e inclusão de crianças com TEA em igrejas cristãs. Revista Brasileira de Educação Inclusiva, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 55–72, 2021. Disponível em: <https://revista.abpee.net/index.php/RBEI/article/view/1655>. Acesso em: 28 jun. 2025.

SCHWARTZMAN, J. S. Compreendendo o autismo: a linguagem e a comunicação na criança autista. São Paulo: Memnon, 2011.

SILVA, João Paulo da. Comunicação alternativa e inclusão de crianças com autismo em espaços comunitários. Curitiba: Appris, 2022.

SILVA, L.; OLIVER, M. Deficiência e inclusão: desafios e políticas contemporâneas. São Paulo: Autêntica, 2019.

SOUZA, Luciana M.; MENEZES, Clarice V. Catequese inclusiva: práticas com crianças autistas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO CATÓLICA, 2019.

UNESCO. Declaração de Dakar: educação para todos: cumprindo nossos compromissos coletivos. Paris: UNESCO, 2000. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000121147_por. Acesso em: 28 jun. 2025.

UNESCO. Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2025.

Recebido em: 20 de dezembro de 2025.

Aprovado em: 16 de janeiro de 2025.

DOI: <https://doi.org/10.30681/rep.v16i3.14743>

ⁱ Andressa Carvalho de Oliveira Coelho. Graduanda em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado de Mato Grosso – Câmpus Universitário de Sinop, Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem (FACHLIN), semestre 2025/2. Sinop, Mato Grosso, Brasil.

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9585066985765944>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-5175-1989>

E-mail: andressa.coelho@unemat.br